

APONTAMENTOS SOBRE A “DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL”

Ulisses Razzante VACCARI¹

RESUMO

Trata-se de analisar a argumentação da “dedução transcendental” da *Crítica da razão pura* de Kant, partindo-se da chamada “dedução metafísica”. Visa-se também alguns dos passos mais importantes da argumentação, como é o caso da dedução objetiva e da dedução subjetiva das categorias do entendimento puro. Nessa última, aborda-se o modo pelo qual o objeto da experiência é sintetizado a partir das três fontes subjetivas da sensibilidade, da imaginação e do entendimento. Com isso, por fim, chega-se à concepção do que seja o conhecimento objetivo proporcionado justamente por essas fontes subjetivas.

Palavras-chave: dedução transcendental, intuição pura, imaginação, entendimento, conhecimento objetivo.

Ao falarmos de um princípio como o da dedução transcendental exposta na *Crítica da razão pura* de Kant, tornam-se necessárias, antes do mais, algumas observações. Não só com respeito às nuances internas dessa intrincada argumentação, mas principalmente sobre o problema geral da necessidade de um princípio de uma dedução transcendental, à medida que ele aparece na primeira grande obra do filósofo de Königsberg. Afinal, e isso é uma observação preliminar do próprio Kant, a dedução das categorias é algo que exige do leitor um tremendo esforço de concentração, o que não poderia ser diferente ao se tratar de uma investigação dos "primeiros princípios da possibilidade de nosso conhecimento em geral (*überhaupt*)" (KANT, “A”, p. 98)².

Como trataremos aqui da dedução transcendental da primeira edição da *Crítica* – justamente a parte alterada posteriormente na edição de 1787 –, cumpre dizer que o importante §10 é mantido sem alterações em ambas as edições, o que causou um grande estranhamento em alguns comentadores da filosofia crítica, para os quais, na última edição,

¹ Graduando do 3º ano do curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, CEP 17525-900, Marília, São Paulo – Brasil, bolsista de Iniciação Científica da FAPESP com orientação do Dr. Ubirajara Rancan de Azevedo Marques.

² As referências à *Crítica da razão pura* seguirão o procedimento clássico nas citações da obra: após a abreviatura CRP, “A” indicará a primeira edição, de 1781, assim como “B” a segunda, de 1787. Num caso como noutro, portanto, os números a seguir se referirão a umas e outras edições originais.

tal parágrafo não mais se coadunava com a nova dedução desenvolvida. Para Paul Wolff, por exemplo, a transição para a tábua das categorias é artificial, e "Leaving to one side its extreme difficulty, and the notorious incoherence of the first editions version, the Deduction puzzles the reader by never mentioning the particular categories which Kant has just finished tabulating" (WOLFF, 1973, p.59).

Tais observações, entretanto, que apontam para certas incoerências na obra de Kant, se vistas tão somente do particular, instigam-nos a buscar compreender o objetivo geral da dedução transcendental proposto pelo filósofo, e a assim desfazer quaisquer desentendimentos das nuances da argumentação. Quem sabe se desse modo a tábua dos juízos e das categorias se mostre necessária antes de uma dedução transcendental, isto é, antes de se conhecer o modo pelo qual tais categorias devam relacionar-se com as formas da sensibilidade e assim gerar um conhecimento seguro acerca de algo? É justamente desse ponto de vista geral que começamos por observar a dedução como pertencente àquilo que o próprio Wolff (1973, p.59) denomina de o segundo momento da "Analítica trascendental", precedido pela dedução metafísica da tábua dos juízos e das categorias e seguida pela "Analítica dos princípios".

A necessidade de uma "Analítica dos conceitos" se dá depois da demonstração, na "Estética transcendental", do modo puro através do qual adquirimos os dados da sensibilidade (espaço e tempo). O múltiplo fornecido por essa sensibilidade deve agora ser sintetizada por aquilo que se chama de os conceitos puros do entendimento (*reinen Verstandbegriffe*). Em princípio, portanto, é preciso mostrar quais sejam esses conceitos puros ou categorias, para depois ser mostrada a necessidade de eles se relacionarem com os dados da sensibilidade e a forma pela qual se aplicam a ela. A esse procedimento dá-se o nome de dedução transcendental das categorias do entendimento puro.

A parte que conduz ao processo da dedução transcendental é o capítulo primeiro da "Analítica dos conceitos", intitulado: "Do fio condutor para a descoberta de todos os conceitos puros do entendimento". É a partir desse fio condutor (*Leitfaden*) que será então possível alcançar a tábua dos juízos e das categorias do entendimento, processo chamado por Wolff (1973, p.61) de dedução metafísica dos conceitos puros pelo fato de que tais conceitos são por si sós deduzíveis segundo um princípio, o que equivale a dizer que a razão por si mesma pode encontrar todos os conceitos puros do entendimento. O capítulo primeiro da "Analítica" não trata ainda, portanto, de uma dedução transcendental propriamente dita, mas da dedução metafísica das tábuas dos juízos e das categorias.

O preceito de que os conceitos do entendimento são por si mesmos encontráveis – que é o princípio de uma dedução tanto metafísica quanto transcendental – se aclara ao considerarmos a filosofia de Kant como aquela na qual a razão é submetida ao exame de si própria, ou, nas palavras do pensador: "[...] a razão só compreende o que ela mesma produz [...]" (KANT, "B", p.XIII). A filosofia crítica de Kant é justamente aquela que submete a razão ao tribunal da própria razão, pela acusação de dogmatismo herdado da tradição racionalista. Assim, se a razão é a única responsável pelo seu conhecimento, o princípio de uma dedução começa a fazer mais sentido, pelo fato de que a dedução é o princípio que conduzirá o entendimento ao conhecimento de si próprio. E, assim sendo, nessa primeira parte da "Análítica dos conceitos" o filósofo admite que a razão é por si só capaz de descobrir toda a configuração de sua capacidade de conhecimento, se houver, de fato, um fio central condutor de tal descoberta. Ao se conhecer os elementos constituintes do entendimento, conhece-se igualmente o modo pelo qual as coisas nos aparecem em suas representações e, assim, Kant poderá responder àquela famosa pergunta da filosofia crítica: "O que podemos conhecer?". A resposta é fornecida claramente na segunda edição, a saber, de que as categorias do entendimento não possuem um uso para além da experiência sensível³. Saber aquilo que unicamente pode conhecer é a tarefa da *Crítica da razão pura*.

Afirma Kant: "As funções do entendimento podem [...] ser todas encontradas desde que se possam apresentar completamente as funções da unidade nos juízos" (KANT, "B", p.94). Ora, como pode ser isso possível? Segundo Wolff (1973, p.64), ainda, tem-se que a tábua das categorias é configurada em harmonia com a tábua dos juízos. Dessa afirmação conclui-se, com efeito, que os juízos, denominados as funções lógicas das categorias⁴, são deduzidos a partir dessas mesmas categorias. Um exemplo empregado por Wolff explicita essa relação. Diz ele que, se tomarmos um sujeito S e um predicado P, e como ligação uma idéia expressa pela palavra "é", teremos então a estrutura básica de um julgamento no qual "S é P". Especificando mais um pouco o tal juízo, poderemos inferir o predicado P de todos os objetos aos quais S se referir ou somente de uma parte deles e isso nos dará justamente a forma universal e particular do juízo, de que "todo S é P" ou de que "algum S é P". Com isso, obteremos os juízos afirmativos de qualidade.

³ Cf. CRP (B) 146 e ss.

⁴ "O entendimento não pode fazer outro uso desses conceitos a não ser julgar (*urteilen*) através deles" (KANT, 1983, p.68, CRP (B) 93).

É mister dizer que a dedução metafísica das categorias é feita da mesma forma, pois a tábua das categorias é obtida a partir das formas lógicas de suas relações, isto é, do próprio pensamento, das quais se chega às próprias categorias. Diz o filósofo:

Esta divisão é produzida sistematicamente a partir de um princípio comum, a saber, da faculdade de julgar (que equivale à capacidade de pensar); não surge rapsodicamente de uma procura – empreendida ao acaso – de conceitos puros, de cuja enumeração completa jamais se pode estar seguro por ser referida só por indução, sem pensar que deste modo jamais se compreenderá por que precisamente esses e não outros conceitos residem no entendimento puro (KANT, "B", p.106).

Por isso, cumpre dizer, com Roger Verneaux, que as categorias não podem ser encontradas senão por meio do pensamento, isto é, dos juízos, e assim são como que ‘indéfinissables, d’abord, parce qu’elles sont des formes vides qui ne représentent aucun object. Ensuite parce qu’elles sont les formes primitives du jugement; elles seraient donc impliquées dans leur propre définition’ (VERNEAUX, 1967, p.49).

A DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL

Para não nos determos muito nesse primeiro capítulo da "Analítica dos conceitos", o que dissemos nos parece suficiente para abordarmos agora o problema da dedução transcendental. Como vimos, esse capítulo primeiro da *Crítica* mostrou que de fato possuímos conceitos puros do entendimento, e isso por meio da forma lógica pela qual conhecemos as coisas. De acordo com a conhecida distinção feita por Kant ao longo de toda a *Crítica* entre pensar (*denken*) e conhecer (*erkennen*)⁵, urge a necessidade, a partir de então, de se explicitar a forma pela qual esses conceitos puros do entendimento devam se referir às formas da sensibilidade, que por sua vez já contêm em si uma síntese do múltiplo (*Synthesis des Mannigfaltigen*). Se, ao contrário, esses conceitos permanecerem no âmbito puro do entendimento – e não se reportarem àquele múltiplo dado pela sensibilidade –, então os juízos por eles emitidos não revelarão a possibilidade

⁵ Cf. para isso a distinção entre *synthesis speciosa* (síntese da imaginação) e *synthesis intellectualis* (meras relações do entendimento), em CRP (B) 151 e a distinção entre pensar e conhecer em CRP (B) 165 e ss., e em (A) 97.

(*Möglichkeit*) de conhecimento da experiência, mas tão-somente a forma lógica de um conceito⁶.

A urgência dessa necessidade, entretanto, não é de maneira nenhuma óbvia como o fizemos parecer e como o próprio Kant o faz parecer no primeiro parágrafo da dedução na 1ª edição. Como nos diz muito bem Paton (1970, p.319 e ss), a necessidade de uma dedução transcendental não é evidente. Não é como o caso da Geometria, por exemplo, em que suas proposições se relacionam explicitamente com o mundo da sensibilidade. A forma da Geometria, dirá o comentador, é o próprio sentido externo, o espaço, e como tal só pode ser aplicada a ele.

No caso das categorias não existe tal evidência. Os predicados dos conceitos puros do entendimento não se relacionam com a experiência em particular – e nesse sentido lembremos da crítica de Wolff⁷ –, mas sua aplicação se dá no geral. Daí não ser evidente a correspondência direta dos conceitos puros do entendimento com a experiência. “Their claim is to apply universally to all objects without any reference whatever to conditions of sensibility” (PATON, 1970, p.320). É completamente lícito, portanto, perguntar-se acerca da necessidade de uma dedução transcendental, porquanto a sua aplicação aos dados da sensibilidade seja tão certa quanto a sua não-aplicação. A dedução transcendental mostrará, com efeito, que as representações dos objetos (*Objekte*) da sensibilidade só podem ser efetuadas se as categorias do entendimento puro referirem-se de fato a esses objetos.

A proposição de uma dedução resume-se, pois, na seguinte afirmação, da qual partiremos:

Se, portanto, há conceitos puros *a priori*, certamente que não podem conter nada de empírico (*Empirisches*); mas têm que ser condições puras *a priori* de uma experiência possível, única base sobre a qual repousa a sua realidade objetiva (*objektive Realität*).

Como nos mostra a passagem, todo o objetivo da dedução repousa sobre a questão de como os conceitos puros do entendimento devam determinar os objetos de uma experiência possível e assim conferir-lhes realidade objetiva. Se estendermos um pouco mais a sua compreensão diremos que, o objeto totalizante da dedução transcendental é a

⁶ Cf. CRP (A) 96.

⁷ Cf. p.1 do artigo.

procura pelo conhecimento objetivo – o que garantirá os conhecimentos fornecidos pela matemática e pela física. Como se sabe, esse é um problema nascido em 1772, na *Carta a Marcus Herz*, na qual Kant se pergunta: “Sobre que fundamento (*Grund*) repousa a relação daquilo que em nós chamamos representação (*Vorstellung*) com o objeto (*Gegenstand*)?” Isso, é claro, de modo que o objeto não seja o causador da representação e nem o sujeito o seu total produtor. A resposta para a famosa pergunta é dada na dedução transcendental da *Crítica da razão pura*.

Começamos, dirá Kant, investigando o que sejam esses conceitos puros do entendimento. E a primeira definição é clara: um conceito puro do entendimento é aquele que proporciona a condição de universalidade e necessidade à experiência. A partir dessas duas definições pode-se inferir que tais conceitos não são obtidos nunca a partir da sensibilidade, isto é, não se trata aqui de uma dedução empírica, mas, ao contrário, de uma dedução transcendental na qual se parte justamente de princípios *a priori*. Não é por meio da abstração empírica que se obtêm o conceito puro, pois, como já foi dito, um conceito *a priori* requer para si a universalidade que a experiência não pode fornecer. É como se o entendimento impusesse às coisas uma demanda de, por exemplo, causa e efeito, na qual “se A, então B”, necessariamente. Se B não ocorrer de A em alguma vez, então não se tratará de um conceito puro do entendimento⁸.

Se não houvesse conceitos puros do entendimento, não haveria igualmente uma possibilidade de conhecimento da experiência, o que leva Kant a dizer que os conceitos são gerados no momento em que são aplicados aos dados da experiência. Esse é justamente o caso, diversas vezes relatado na *Crítica*, de que as categorias são nelas mesmas vazias, e que só aplicadas aos dados da intuição podem ser de alguma forma determinadas. Assim, quando nos deparamos com a afirmação de que é só por intermédio dos dados da sensibilidade que se geram o conceito no pensamento, tenhamos em mente que isso significa poderem ser determinados somente a partir de sua aplicação àqueles⁹. Diz Paton sobre a dificuldade:

The categories, on this view, make the object possible in the sense that they make it possible for us to have experience, or knowledge, of the object as an object. We must think the object by means of the categories, if it is to be known. Hence our thinking imposes upon the object certain categorial characteristics, and the objects as an object known to us must

⁸ Cf. PATON, *op. cit.* p.314 e ss.

⁹ Cf. (A) 96.

have these characteristics. It is therefore possible for us to have a priori knowledge of objects by means of the categories (PATON, 1970, p.343).

Com isso, ainda de acordo com Paton (1970. p.344, nota 1), chegamos à primeira parte da resposta à pergunta causadora de toda a dedução transcendental: “Como as categorias do entendimento podem aplicar-se a um objeto dado na intuição (*Anschauung*) que é independente do pensamento?”. Ora, se houver de fato algum objeto a ser conhecido, e essa é a primeira parte da resposta da dedução, então as categorias devem ser necessariamente aplicadas a esse objeto. A segunda parte da pergunta, a saber, de *como* as categorias se relacionam com o objeto é fornecida na parte subjetiva da dedução transcendental, que veremos mais a seguir.

Assim conclui Kant à parte intitulada “Dos princípios *a priori* da possibilidade da experiência”, dizendo que, se pudermos demonstrar que os objetos da experiência só podem ser pensados a partir dos conceitos puros do entendimento e nunca por outro modo, teremos com isso uma demonstração suficiente da validade objetiva de tais conceitos. Mas como o que está em jogo nessa demonstração é algo mais do que o pensamento, a saber, o conhecimento objetivo das coisas, então cumpre mostrar quais são as fontes subjetivas da mente que tornam possível um tal conhecimento¹⁰. Assim, temos que, até aqui, os problemas tratados por Kant referiram-se à parte objetiva da dedução, ou seja, de que as categorias, aplicando-se aos objetos da experiência, fornecem um conhecimento objetivo destes. Eis que então nos deparamos com uma das peculiaridades da dedução na primeira edição, que é a nomeação das faculdades proporcionadoras desse conhecimento objetivo como faculdades subjetivas. Essa característica da dedução na primeira edição é influência, como nos faz ver Vleeschawer, do psicologismo predominante na época em que Kant elaborou a dedução, entre 1778 e 1780. “Il n' est pas permis de douter un instant que la déduction subjective plonge ses racines dans le sol de la psychologie contemporaine de Kant” (VLEESCHAWER, 1934, p.317). Essas fontes subjetivas, apesar disso: “constituem os fundamentos *a priori* da possibilidade da experiência, não na sua natureza empírica, mas na sua natureza transcendental” (KANT, "A", p.97).

AS TRÊS SÍNTESES TRANSCENDENTAIS

As três capacidades¹¹ de conhecimento responsáveis pelas três sínteses necessárias ao conhecimento contêm as condições da possibilidade de toda a experiência. São elas a síntese da intuição, a síntese da imaginação (*Einbildungskraft*) e a síntese da apercepção (*Apperzeption*). Kant, acima, designou a natureza das três sínteses como transcendentais e não como empíricas e com isso constatou uma separação entre aquilo que concebe por síntese empírica e transcendental. Note-se que transcendental aqui não se refere ao uso das faculdades de conhecimento para além dos limites da sensibilidade, mas, ao contrário, àquilo que contém as fontes das condições da experiência. Daí a importância de se denominar o princípio da dedução de uma dedução transcendental, e não de dedução empírica, cujos fundamentos deveriam partir da própria experiência.

Existe, com efeito, uma importante passagem da dedução que ilustra muito bem a crítica kantiana ao pretensão empirista que porventura quisesse imputar à filosofia crítica alguma fundamentação empírica. Diz Kant:

O que se entende pois, quando se fala de um objeto (*Gegenstand*) correspondente ao conhecimento e, por consequência, também distinto deste? É fácil de ver que este objeto (*Gegenstand*) apenas deve ser como algo em geral=X, porque nós, fora do nosso conhecimento, nada temos que possamos contrapor a esse conhecimento, como algo que lhe corresponda (KANT, "A", p.105).

O objeto em geral =X¹² é justamente o objeto situado fora do âmbito do nosso conhecimento, quer dizer, no incondicionado, ou como o próprio Kant o chama, o *Gegenstand*, e não o *Objekt*, o objeto condicionado pelas nossas capacidades de conhecimento. O *Objekt*, por assim dizer, é o próprio objeto transcendental, sobre o qual as três faculdades subjetivas puderam exercer suas sínteses, a saber, a síntese da apreensão na intuição, a síntese da reprodução na imaginação e a síntese da reconhecimento no conceito. Depois de compreendido todo este processo, fica difícil supor um conhecimento empírico

¹⁰ Cf. CRP (A) 97.

¹¹ Veja-se que a capacidade considerada passiva é designada por Kant de *Fähigkeit*, como é o caso da intuição. O inverso acontece no caso ativo da imaginação e da apercepção ou entendimento, cujas faculdades são designadas por *Vermögen*.

¹² Sobre essa nomeação feita por Kant, ver os estudos reunidos no *Manuscrito de Duisburg* (1988), nos quais se diz, por exemplo: "Ora, X é aquele determinável que contém as condições da determinação" (KANT, 1988, p.18, tradução nossa). Ou, mais adiante: "X significa sempre o objeto (*Gegenstand*) do conceito a. Mas ele não pode ter o objeto senão na intuição (*Anschauens*) pura ou empírica" (*ibidem*, p.20, tradução nossa).

acerca do objeto, mas, ao contrário, o caminho ao transcendental torna-se mais evidente no sentido de que são justamente essas sínteses realizadas pela alma humana as únicas responsáveis pelo conhecimento de um objeto (*Gegenstand*) que só pode ser dado na experiência. A partir daí, o *Gegenstand* incondicionado torna-se condicionado pelas sínteses e constitui-se, assim, no próprio *Objekt*, no objeto transcendental. Vejamos como isso se dá.

O processo da síntese da intuição, responsável pela apreensão dos dados da sensibilidade foi exposto na “Estética transcendental”. Consiste em que nossas representações, sejam elas quais forem, nos chegam através do sentido interno e como tal estão submetidas ao tempo. Agora, no âmbito da “Analítica dos conceitos”, como dissemos mais acima, procura-se justamente a forma pela qual esse múltiplo fornecido pela sensibilidade seja sintetizado pelo entendimento, seguindo-se o método fornecido por uma dedução transcendental. Ora, tem-se que, se cada parte desse múltiplo que me é fornecido assim aleatoriamente – isto é, sem a unidade de uma síntese pura – não fosse por mim recordada no momento em que parto de uma a outra, não haveria como, depois de perpassadas todas as partes, recordar-me daquelas pelas quais já passara.

É necessário, assim sendo, que cada parte seja recordada por mim depois que eu não mais a possuir presente em minha intuição, de modo que ao final de todas elas possa ser-me apresentado o seu todo, a sua unidade. A esse processo de apresentação do objeto sensível sem sua presença atual dá-se o nome de síntese da reprodução da imaginação. Essa síntese, portanto, produz aquilo que Kant chama de uma ligação do diverso (*Verbindung des Mannigfaltigen*):

Se deixasse sempre escapar do pensamento as representações precedentes [...] e não as reproduzisse à medida que passo às seguintes, não poderia jamais reproduzir-se nenhuma representação completa, nem nenhum dos pensamentos mencionados precedentemente, nem mesmo as representações fundamentais, mais puras e primeiras, do espaço e do tempo (KANT, "A", p.102).

Não podemos nunca nos esquecer, depois dessa breve apresentação da imaginação, que sua síntese é necessariamente transcendental e nunca empírica. O que não significa que a imaginação não produza igualmente sínteses empíricas. De fato, sendo a imaginação a faculdade intermediária entre sensibilidade e entendimento, é justamente ela a responsável pela comunicação entre as duas faculdades absolutamente heterogêneas

quanto aos seus objetos de conhecimento. Tendo, pois, essa característica híbrida, a imaginação, ao se relacionar com a sensibilidade, executa sínteses empíricas e, ao apresentá-las (tais sínteses) ao entendimento, é mister tornarem-se transcendentais. A relação da imaginação à sensibilidade só é transcendental, no entanto, quando se reporta aos objetos da intuição em geral e não de forma determinada, pois, quando ocorre essa última condição, é evidente que sua relação torna-se tão-somente empírica¹³. Vejamos o que diz o filósofo:

Ora, chamamos transcendental a síntese do diverso na imaginação, quando, em todas as intuições, sem as distinguir umas das outras, se reporta *a priori* simplesmente à ligação do diverso, e a unidade desta síntese chama-se transcendental quando, relativamente à unidade originária da apercepção, é representada como necessária *a priori* (KANT, "A", p.118).

Para que todo este processo tenha êxito, ou para que a imaginação possa perpassar todas as partes de um múltiplo dado na sensibilidade, é necessário que os fenômenos estejam submetidos a uma regra geral. Esse é o famoso exemplo do cinábrio fornecido na 1ª edição¹⁴, no qual diz Kant que, se o tal elemento na natureza fosse ora uma coisa, ora outra, tivesse ora uma cor, ora outra e assim sucessivamente, não haveria meios de eu o conceber na imaginação tal qual agora o concebo, a saber, numa unidade. É preciso, pois, que existam regras às quais estejam submetidos todos os fenômenos da sensibilidade, de forma a haver em meu conhecimento algum tipo de ordenação.

Com isso, tem-se evidentemente uma antecipação da “Analítica dos princípios”, na qual Kant mostra a forma pela qual os fenômenos se organizam entre si segundo regras. As tais regras são justamente aquilo a que se dará o nome mais adiante de “Analogias da experiência”¹⁵, que agora não nos importa muito. Importa, não obstante, para se chegar a uma indispensável conclusão, talvez uma das mais conhecidas da filosofia

¹³ Essa distinção entre os dois usos da imaginação cai justamente na diferenciação entre imaginação produtiva e reprodutiva. Tendo em vista o pouco espaço aqui disponível, não trataremos do assunto. Para maior esclarecimento de tais questões, cf.o §28 da *Antropologie d'un point de vue pragmatique*, J. Vrin, Paris, 1984, trad. de Michel Foucault.

¹⁴ Cf. CRP (A) 101. O cinábrio é um mineral de tipo trigonal e vermelho, conhecido também por sulfeto de mercúrio. Cf. para isso igualmente a *Antropologie...*, §29.

¹⁵ Cf. CRP (B) 218 e ss.

transcendental¹⁶, a saber, de que “os fenômenos não são coisas em si (*Ding an sich*), mas o simples jogo das nossas representações” (KANT, "A", p.101).

Realizados esses dois processos parciais, primeiro, a síntese da apreensão na intuição, segundo, a síntese da reprodução na imaginação, é necessário que todo esse processo constitua-se agora numa unidade. Somente a partir de uma unidade é que podemos reconhecer aquele múltiplo de representações, intuído e perpassado, como sendo nosso. É esse justamente o trabalho da última síntese realizada pelo entendimento, chamada de síntese da reconhecimento no conceito. Como o próprio nome ensaia dizer, trata-se de um reconhecimento daquilo que a imaginação apresenta ao entendimento, o múltiplo da sensibilidade, de forma que os conceitos puros do entendimento lhe atribuam agora a unidade sintética. Ora, será justamente essa unidade que me permitirá reconhecer as representações como minhas representações, à medida que a tal unidade é fornecida tão-somente pela unidade da consciência. Se as coisas não fossem assim, eu nunca saberia se as representações que me chegam pertencem verdadeiramente a mim, e assim nunca poderia dizer serem algum tipo de conhecimento, tanto mais um conhecimento objetivo acerca de algo. A esse eu, ou como é dito mais claramente na dedução da 2ª edição, a esse *eu penso*, Kant dá o nome de apercepção ou consciência de si e diz: "a consciência una é que reúne numa representação o diverso" (KANT, "A", p.103).

Sobre este ponto, é importante notar que, na primeira edição, Kant parece mais cuidadoso na definição do que seja essa apercepção e o que seja o entendimento. Na 2ª edição, ao contrário, não fica claro o que seja essa consciência de si conquanto sua função se confunda com aquela do entendimento puro que, apesar disso, são a única e mesma coisa¹⁷. Na edição de 1781, ao contrário, encontramos afirmações explícitas de que a apercepção é um processo que pertence tão-somente à faculdade do entendimento, de modo que ambos constituem a unidade originária de todo o conhecimento. Antes que me chegue qualquer representação dos objetos, é imprescindível que eu tenha a consciência de mim próprio, e só então poder referir a mim aquelas representações. Diz Kant na primeira edição:

A consciência originária e necessária da identidade de si mesmo é, portanto, *ao mesmo tempo*, uma consciência de uma unidade, igualmente

¹⁶ Cf. o estudo de A. Philonenko sobre a importância da coisa em si para a filosofia crítica (1983. p.120 e ss).

¹⁷ Cf. CRP (B) 132 e ss.

necessária, da síntese de todos os fenômenos segundo conceitos, isto é, segundo regras [...] (KANT, "A", p.109, grifo nosso).

Ora, se a consciência originária é *ao mesmo tempo* uma consciência da síntese de todos os fenômenos segundo conceitos, então é mister concluir que a apercepção (consciência de si) seja o mesmo que entendimento puro. Afinal, e como já sabemos, a função sintetizadora dos fenômenos segundo conceitos é uma função própria ao entendimento puro, e portanto, depois do que foi dito, própria também à apercepção transcendental.

Note-se, entretanto, que, quando se fala em precedência da apercepção a todas as representações dos sentidos, não se trata nunca de uma precedência temporal, como se cada parte do processo do conhecimento fosse gerado independentemente e depois se juntassem uns aos outros. A precedência relatada por Kant ao dizer sobre uma apercepção originária configura-se como uma precedência tão-somente genealógica, ou, ainda, meramente explicativa, cujo objetivo é mostrar a transcendentalidade da apercepção. Esse ponto, apesar de tudo, só se aclarará na "Terceira seção", que começa com as seguintes palavras: "Aquilo que expusemos na seção anterior, separadamente e por unidades isoladas, vamos agora fazê-lo de uma maneira unida e encadeada" (KANT, "A", p.115). Com isso, vemos que esses processos assim separados servem unicamente para a demonstração de todas as operações da alma humana, e enquanto tal só pode ser realizada ao se isolar cada uma delas.

Sem demora, viriam a essa altura à mente de qualquer leitor diversas perguntas. E entre elas, é preciso eleger uma de maior importância e da qual depende todo objetivo da dedução transcendental, tal qual dissemos no início de sua abordagem, a saber, a da objetividade do conhecimento. Com efeito, o início da compreensão de uma idéia de tal gênero só pode se dar por meio da síntese da reconhecimento, justamente por ela tratar dos conceitos puros do entendimento em relação aos dados da intuição. Já sabemos, pelo início da dedução metafísica, que os conceitos puros fornecem a universalidade e a necessidade aos objetos provindos da intuição, mas, apesar de ser isso uma indicação, não é ainda suficiente para se explicar à objetividade do conhecimento. Tanto mais se se tratar de faculdades subjetivas de conhecer, como é aqui o nosso caso.

No início da dedução há uma passagem de extrema importância para se abordar o problema¹⁸. Trata-se da necessidade da relação do entendimento com a sensibilidade, ou ainda, da necessidade da síntese do entendimento. Se, de fato, a necessidade dessa relação puder ser razoavelmente demonstrada, tanto mais perto ficaremos de afirmar no Homem um conhecimento objetivo.

Assim é que Kant recorrerá à questão da apercepção, dizendo só reconhecermos o objeto ao efetuarmos a unidade sintética no diverso da intuição, e que ao mesmo tempo, essa unidade do objeto não pode ser diferente da unidade formal da consciência. Com isso, temos que o múltiplo da intuição é justamente aquilo que torna possível a unidade da apercepção, como se eu só pudesse me reconhecer ao reconhecer os objetos pertencentes a mim. É isso o que ilustra o famoso exemplo do triângulo, em que Kant diz só podermos pensar um triângulo se tivermos consciência da composição das três linhas retas dada pela unidade do conceito. Ao se pensar três linhas retas de acordo com uma regra (conceito), é, portanto, necessário que se pense num triângulo. Do contrário, se a consciência das linhas retas não se conformasse com a unidade originária da apercepção, não haveria como eu ter conhecimento acerca de alguma coisa. Não haveria unidade de uma multiplicidade não fornecida. Assim, conclui Kant o parágrafo:

[...] o conceito de corpo, segundo a unidade do diverso que é pensado por seu intermédio, serve de regra ao nosso conhecimento dos fenômenos externos. Mas, se pode servir de regras das intuições, é somente porque representa, nos fenômenos dados, a reprodução necessária do diverso desses fenômenos e, por conseguinte, a unidade sintética na consciência que deles temos. Assim, o conceito de corpo, na percepção de algo exterior a nós, torna necessária a representação da extensão e, com esta, as representações da impenetrabilidade, da forma, etc (KANT, "A", p.106).

Apesar disso, a necessidade da síntese, exposta acima, não é suficiente para se chegar a uma demonstração acerca da validade objetiva do conhecimento. Segundo Paton (1970, p.393-394), com efeito, a demonstração da necessidade da síntese só é válida se considerada do ponto de vista da lei subjetiva, o que leva o comentador à conclusão de que essa explicação deva ser vista juntamente com aquela outra dada por Kant acerca da *afinidade* (*Affinität*) dos fenômenos¹⁹. Assim como o fez o próprio Kant, Paton (1970,

¹⁸ Cf. CRP (A) 105-6.

¹⁹ Cf. CRP (A) 122.

p.394) adverte incisivamente sobre a extrema dificuldade da argumentação da afinidade, dizendo inclusive que o pensamento do filósofo nessa passagem é confuso. Mas, se o próprio Kant já advertira sobre essa dificuldade, então aceitemo-la como própria de um processo desse tipo.

O objetivo da argumentação da afinidade, assim sendo, é justamente o de mostrar que o entendimento puro, antecedendo a experiência, determina-a como a única possível de determinação. Para isso, é preciso admitir que a síntese da imaginação possua uma regra de associação dos fenômenos, pela qual ela própria organiza umas representações de preferência a outras quaisquer. Ao predizer, portanto, uma ordem pela qual as representações são organizadas pela imaginação, Kant elimina a possibilidade de o nosso conhecimento se dar de um modo meramente acidental. Essa organização segundo leis e regras é justamente o que o permite pressupor um princípio objetivo do conhecimento, segundo o qual aquilo que conhecemos não se dá nunca de forma contingente, e sim determinada. Sem esse princípio da afinidade, poderia muito bem ocorrer que eu tivesse diversas consciências empíricas e ao mesmo tempo separadas de uma consciência única, o que é de fato impossível. Justamente por eu possuir um conhecimento determinado, em que sensibilidade e entendimento – absolutamente heterogêneos – se conformam por meio da síntese transcendental da imaginação, é que se pode dizer do conhecimento produzido algo válido objetivamente. Ambas as faculdades – entendimento e sensibilidade – estão como que, através da regra da associação dos fenômenos, em estreita conformidade da qual gera-se aquilo que chamamos de conhecimento objetivo. Assim, "a afinidade [...] de todos os fenômenos é uma consequência necessária de uma síntese na imaginação, que está fundada *a priori* sobre regras" (KANT, "A", p.123).

A faculdade da imaginação, portanto, sendo ela transcendental, é a responsável pela possibilidade da experiência, à medida que torna possível essa associação dos fenômenos e a afinidade entre sensibilidade e entendimento puro. Assim, dirá Kant, por mais estranho que possa parecer²⁰, todo o conhecimento da experiência repousa sobre essa função transcendental da imaginação, ao tornar essa experiência possível de ser conhecida. Disso fica claro que somos nós quem "introduzimos a ordem e a regularidade nos fenômenos", o que implica dizer que não conhecemos as coisas nelas mesmas, mas somente aquilo que, sobre elas, nós próprios construímos. Assim sendo, aquilo que

²⁰ Cf. CRP (A) 123.

conhecemos, o *Objekt*, é o que Kant chamará de uma unidade sintética *a priori*, no sentido de que é produzida a partir de princípios subjetivos da unidade da apercepção e que, no entanto, são (esses princípios), ao mesmo tempo, objetivamente válidos ao proporcionarem à experiência a possibilidade de ser conhecida²¹. Sobre isso nos diz Alexis Philonenko sobre o uso que Kant faz das faculdades subjetivas:

Le but fondamental de la deduction subjective est donc la passage définitif de l' a priori métaphysique à l' a priori transcendantal [...]. C' est pourquoi l' on peut dire que la deduction subjective est l' <Aufhebung>, le dépassement de la subjectivité (PHILONENKO, 1983, p.155).

REFERÊNCIAS

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.

_____. *Kritik der reinen Vernunft*. Frankfurt: Suhrkamp, 1968.

_____. *Manuscrit de Douisbourg*. Paris: J. Vrin, 1988.

PATON, H. J. *Kant's Metaphysic of Experience*. London: Georg Allen & Unwin, 1970.

PHILONENKO, A. *L'oeuvre de Kant*. Paris: J. Vrin, 1983.

VERNEAUX, R. *Le vocabulaire de Kant*, Paris: Aubier Montaigne, 1967.

VLEESCHAUWER, H. J. *La deduction transcendentale dans l'oeuvre de Kant*. Paris: [s.n.], 1934.

WOLFF, P. *Kant's Theory of Mental Activity*. Gloucester: Peter Smith, 1973.

²¹ *Idem*, 126.

ARTIGO RECEBIDO EM 2003.